

DIÁLOGOS ARTÍSTICOS COM AS LÍNGUAS NHEENGATU E KAIKGANG NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Pedro Henrique Rodrigues Narcizo ¹
Jonas Campos Francisco ²
Melissa Salaro Bresci ³

RESUMO

A experiência a seguir foi vivenciada pelos autores durante aulas produzidas para o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em duas turmas do 1º ano do ensino fundamental, na cidade de Ouro Fino/MG, envolvendo 8 bolsistas e duas professoras (uma delas supervisora dos bolsistas). As ações foram desenvolvidas a partir de sequência didática com foco na educação para as relações étnico-raciais, na consciência fonológica prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no compartilhamento de saberes indígenas dentro do contexto da iniciativa liderada pela UNESCO, em prol da Década Internacional das Línguas Indígenas de 2022 a 2032. As atividades tinham como objetivo proporcionar o entendimento sobre os povos indígenas como uma sociedade plural, com culturas variadas de acordo com sua etnia e identidade próprias e sua importância histórica para o país. A proposta foi executada em 2 aulas e tratou de temas relevantes, como a apresentação dos numerais de 1 até 5 em Nheengatu, utilizando o aplicativo NheengatuApp desenvolvido junto a povos indígenas da Amazônia, realizando uma conexão didática com as 5 regiões do Brasil, os numerais em português e as 5 vogais, apresentando uma cultura que não conheciam anteriormente: as línguas Nheengatu e Kaingang. Foi utilizado como referencial o livro “Coisas de índio” de Daniel Munduruku, contando também a história da Apuka, uma menina indígena da etnia Tembé, com palitoches, malabares e efeitos sonoros na apresentação. Ao final, as crianças tiveram acesso ao material didático Kanhgág Ag Kajró Ty Gir Mré Ty Rãnhràj Ke, produzido por professores Kaingang da UFRGS e fizeram um desenho livre que dialogasse com todo o conteúdo apresentado. Assim se propiciou a aquisição de conceitos importantes da diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil e resultou em diálogos ricos e momentos de aprendizagem relevantes para formação docente.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, Línguas indígenas, Arte Educação, formação docente, indígena.

INTRODUÇÃO

¹ Bolsista PIBID e graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS campus Inconfidentes - MG, jonas.campos@alunos.ifsuldeminas.edu.br;

² Bolsista PIBID e graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS campus Inconfidentes - MG, pedro.narcizo@alunos.ifsuldeminas.edu.br;

³ Docente Titular do IFSULDEMINAS Campus Inconfidentes, Doutora em Educação, Coordenadora subprojeto PIBID Alfabetização melissa.bresci@ifsuldeminas.edu.br.

Atividades realizadas no âmbito do PIBID fomentado pela CAPES



Um grande desafio nas escolas brasileiras é o fortalecimento do diálogo entre os processos de alfabetização e letramentos com os saberes das comunidades indígenas, muitas instituições de ensino ainda não seguem a Lei nº 11.645/2008 que busca valorizar esses conhecimentos e saberes presentes no cerne da cultura brasileira. Dessa forma, acompanhando os debates nacionais recentes, como o lançamento histórico da Constituição Federal em Nheengatu (Brasil, 2023) que, de acordo com a Resolução A/RES/74/135 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), ocorre dentro do contexto da Década Internacional das Línguas Indígenas de 2022 a 2032. Com isto, este relato de experiência busca descrever as ações que foram realizadas no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na cidade de Ouro Fino/MG em duas turmas do 1º ano do ensino fundamental para promover o ensino de línguas indígenas e a ampliação do repertório cultural dos estudantes e licenciandos.

Os docentes devem alfaletrar seus alunos, sendo o letramento tão importante quanto a alfabetização (Soares, 2020). Alfabetizar um aluno é desenvolver junto a ele o domínio do código escrito que o permeia ao longo de sua vida, ensinando-lhe a ler e a escrever, enquanto letrar um aluno é desenvolver a capacidade de compreensão de mundo, auxiliando-o, não somente a ler e a escrever, mas sim a entender a mensagem escrita e dar significados ao mundo que o rodeia, esta autora ainda enfatiza:

O processo de letramento seria a parte ‘prática’, ou seja, o uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, em outras palavras, como a leitura e a escrita são utilizadas no dia a dia: a capacidade de ler/escrever para comunicação, interação e interpretação. (Soares, 2020, p. 34).

O objetivo das atividades é aplicar a educação para as relações étnico-raciais no processo de alfabetização e letramento, partindo da perspectiva de ensino do Letramento Crítico e buscando se aproximar do que defende a Teoria Sócio-Histórico e Cultural (Aguiar, 2022), onde foi apresentado às crianças a diversidade de povos, culturas e crenças que são de extrema importância para compreensão de sua história e seu desenvolvimento enquanto cidadãos brasileiros, mas que dentro da carga horária, do currículo e do cotidiano escolar convencional, essas temáticas sofrem uma grande defasagem. É importante trabalhar a cultura indígena com os alunos para que eles entendam a importância destes povos historicamente em nosso país, possibilitando compreender que eles vivem neste território há séculos e as crianças possam internalizar que antes de Brasil, existia Pindorama, terra que abriga a maior biodiversidade do planeta, como nos lembra a deputada federal indígena Célia Xakriabá nas redes sociais do Instituto Alana:

“Sabe qual é a professora mais antiga da humanidade e o nome dela? É a terra, e as pessoas não acreditam que a terra ensina e ela é atemporal. O Brasil é o único país



no mundo que tem nome de árvore. Florestas somos nós. Meio ambiente não é metade, é a totalidade da vida. Por isso que eu digo que a lei 11.645, a história dos povos indígenas, a história da Amazônia, a história do Cerrado, Pampa, Pantanal, o único bioma que só existe no Brasil, a Caatinga, ela não é somente mais importante para os povos indígenas. Ela é importante pra vocês, porque cuidar dos povos indígenas é cuidar da sua própria vida. Assim como diz Myrian Krexu: um Brasil que começa por nós, um Brasil que a mãe é indígena, embora as pessoas sintam muito mais orgulho do pai europeu. Porque desde o projeto de colonização parece que a cultura nossa é frágil. Mas vocês acham que uma cultura que resiste 525 anos realmente é fraca? As pessoas, elas sabem seu endereço, a profissão da sua mãe, mas não sabem de onde vem sua identidade. E aqueles que carecem muito de saber de onde vêm, não sabem, também, pra onde vai. É preciso recontar essa história profunda. Cada um de nós podemos ser árvore, juntos nós somos floresta. Antes do Brasil da coroa existe, o Brasil do cocar." (Alana, 2025)

Com isso, as atividades elaboradas pelos bolsistas objetivam promover a difusão das culturas e línguas originárias, defendendo os conhecimentos dos povos tradicionais. É importante ressaltar a necessidade de um "pluralismo cognitivo" na educação, que valoriza e integra diferentes formas de conhecimento e práticas culturais, defendendo a valorização das culturas locais que não só enriquece o conteúdo educacional, mas também promove uma compreensão mais profunda dos contextos socioambientais (Santos, 2020). Ao se referir ao pluralismo cognitivo no processo de alfabetização, notamos a importância das palavras indígenas para promoção da consciência fonológica onde a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também discorre:

Conhecer a "mecânica" ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. (Brasil 2018, p. 90)

Ao trabalhar a sonoridade das palavras indígenas, as atividades corroboram para uma ampliação da consciência fonológica e repertório cultural, ainda reforça o que aponta quando diz que de todas as línguas ainda faladas no Brasil, o Nheengatu é a de maior importância histórica, sendo o desenvolvimento da língua geral amazônica colonial, instrumento de comunicação que permitiu o povoamento da maior região do Brasil (Navarro, 2023).

No início da sequência didática, apresentamos e lemos para as crianças o livro "Coisas de Índio" (Munduruku, 2020), foi feita uma breve apresentação de alguns trechos pontuais e enfatizando seu título com a finalidade de "provocar" as crianças, criando nelas um momento de reflexão sobre o intuito do autor em utilizar a palavra "índio" e desta forma instigá-los ao questionamento sobre a terminologia e explicando o significado do termo correto "indígena".

Em seguida, desenvolvemos algumas atividades práticas embasadas no conteúdo do NheengatuApp, que é considerado o primeiro aplicativo voltado para o ensino-aprendizagem de línguas indígenas, criado junto a povos indígenas da Amazônia, mostrando a importância



desses saberes também nos ambientes educacionais e de inovação tecnológica (Tobler, 2023).

Neste momento trabalhamos em torno da contagem de números em Nheengatu de 1 a 5, relacionando as 5 vogais, as 5 regiões do Brasil e 5 nomes de povos indígenas, com representações geográficas e gramaticais, além de utilizar recursos artísticos, como os malabares, para realizar a contagem e a explicação de forma lúdica.

Por fim, realizamos uma contação de história com base no livro Apuka (Maltese, 2018) com palitoches e a elaboração de um desenho livre, propiciando um momento de descontração e diálogos ricos e, por último, apresentamos um material didático produzido pelo povo Kaingang. Nesse contexto, notamos um grande envolvimento das crianças no decorrer de todas as práticas, sendo possível observar uma interação excepcional, principalmente no que se refere ao letramento crítico e suas multiplicidades ao tratar dos povos originários, dando importância à cultura desses grupos sociais e uma análise de suas práticas sociais, sob um forte viés sócio-histórico e cultural (Aguiar, 2022).

METODOLOGIA

A metodologia das atividades desenvolvidas se segue a partir da escrita de uma sequência didática em conjunto com outros bolsistas disposta da seguinte forma:

1. Elaboração da sequência didática e planos de aulas - Foram 8 pibidianos ao todo para desenvolver a sequência didática das atividades aqui descritas, produzindo 4 planos de aula para trabalhar a temática, neste artigo iremos abordar apenas 2 aulas em que os autores atuaram em sala de aula.
2. Definição das seguintes competências e habilidades previstas pela BNCC (Brasil, 2018): (EF15LP13) Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos (solicitar informações, apresentar opiniões, informar, relatar experiências etc.). (EF01CI06): Compreender e respeitar as diferenças culturais, reconhecendo a importância de diferentes formas de organização social e cultural dos povos indígenas e afro-brasileiros. (EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização. (EF15LP19) Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor. (EF02CI04) Descrever características de plantas e animais (tamanho, forma, cor, fase da vida, local onde se desenvolvem etc.) que fazem parte de seu cotidiano e relacioná-las ao ambiente em que vivem. (EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas,



em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. (EF01GE01) Reconhecer o lugar de vivência e seus elementos. (EF01GE03) Identificar semelhanças e diferenças entre modos de vida em diferentes lugares.

3. Nas elaboradas os objetivos de aprendizagem foram descritos da seguinte forma: a) Desenvolver o pensamento crítico a respeito da história dos povos indígenas; b) Reconhecer os números relacionando com os sons e palavras indígenas; c) Relacionar a contagem até 5 com as 5 vogais e as 5 regiões; d) Compreender a diversidade de povos e etnias originárias; e) Apreciar diferentes tipos de linguagens artísticas como literatura e artes cênicas.
4. Na primeira atuação dos autores em sala de aula, foram reproduzidos os sons da pronúncia de 1 a 5 com o aplicativo NheengatuApp em uma caixa de som, juntamente com a exibição de cartazes com os numerais por escrito na língua portuguesa e em Nheengatu. Em seguida foi exibido um mapa do Brasil com a divisão das 5 regiões, produzindo um diálogo sobre a pluralidade e diversidade indígena presente no território nacional com uma atividade prática ao final de preenchimento das vogais nos nomes das regiões e de 5 etnias indígenas diferentes.
5. A segunda ação foi dividida em 4 momentos: apresentamos os malabares com a contagem de números em Nheengatu para relembrar a aula anterior, depois realizamos a leitura de livro infantil escolhido Apuka de forma interativa com uma contação de história, na terceira etapa mostramos o material elaborado por professores e estudantes do povo Kaingang com palavras e imagens representando a cultura dessa etnia e, no quarto e final momento, propomos uma atividade envolvendo a história apresentada com o desenvolvimento de um desenho livre com foco no que aprenderam sobre as culturas indígenas e todos os diálogos sobre os livros lidos e materiais como referência para sua produção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aula foi rica em conversas com as crianças e elas tiveram os primeiros contatos com palavras da língua Nheengatu e Kaingang, foi interessante perceber como as crianças se interessaram pela questão indígena, lembraram de nossas conversas anteriores e pudemos dialogar com elas o conteúdo da sequência didática passada a respeito das palavras em Tupi.





Além disso, a introdução do Nheengatu no universo dos alunos e dos formandos é prática necessária para ampliar o conhecimento e manter a cultura originária brasileira viva.

Nas primeiras aulas da proposta, a equipe de pibidianos utilizou o livro “Coisas de índio” (Munduruku, 2020) dando início às atividades, a turma era organizada em roda para a leitura, onde foi feita apenas uma breve apresentação de alguns trechos e termos, sem realizar a leitura completa, para adaptarmos à realidade de compreensão para a aprendizagem no 1º ano. Durante esse momento, a curiosidade das crianças foi provocada com perguntas, tais como: “O que vocês acham do nome do livro coisas de índio? Esse nome está certo?” e, após ouvirmos as respostas e percepções dos alunos, explicamos que o uso da palavra “índio” no título foi uma escolha intencional do autor, isso porque muitas pessoas ainda usam esse termo para se referir a todos os povos indígenas de forma generalizada e pejorativa. No entanto, essa não é a forma mais adequada, já que existem muitos povos diferentes, com seus próprios nomes, línguas, culturas, modos de viver e tradições. Finalizamos o primeiro momento explicando que, ao longo das próximas aulas, vamos conhecer melhor essa diversidade e valorizar e respeitar essas culturas.

Tabela 1: Pronúncia das palavras com base no NheengatuApp e correlações didáticas

Pronúncia em Português	Pronúncia em Nheengatu	Vogal	Região	Etnia
UM	YEPÉ	A	NORTE	MUNDURUKU
DOIS	MUKÚI	E	NORDESTE	PATAXÓ
TRÊS	MUSAPÍRI	I	CENTRO-OESTE	KARAJÁ
QUATRO	IRUNDI	O	SUDESTE	GUARANI
CINCO	PU	U	SUL	KAINGANG

Tabela 1. Correlações didáticas feitas durante o diálogo com as crianças para elaboração e execução das atividades práticas. Fonte Tobler (2023) e Autores (2025). Org: Autores (2025).

Na primeira aula de atuação dos autores, foi realizada a reprodução do áudio da pronúncia dos números a partir do aplicativo NheengatuApp, durante a reprodução, foram apresentados às crianças cartazes com os números e suas pronúncias por escrito em Português e em Nheengatu conforme Tabela 1. Desta forma, trabalhamos a quantidade de vogais, exibimos um mapa do Brasil com a divisão das regiões e abordamos sobre a diversidade das etnias indígenas que existem no país, trabalhando a fonética e avaliando a capacidade delas



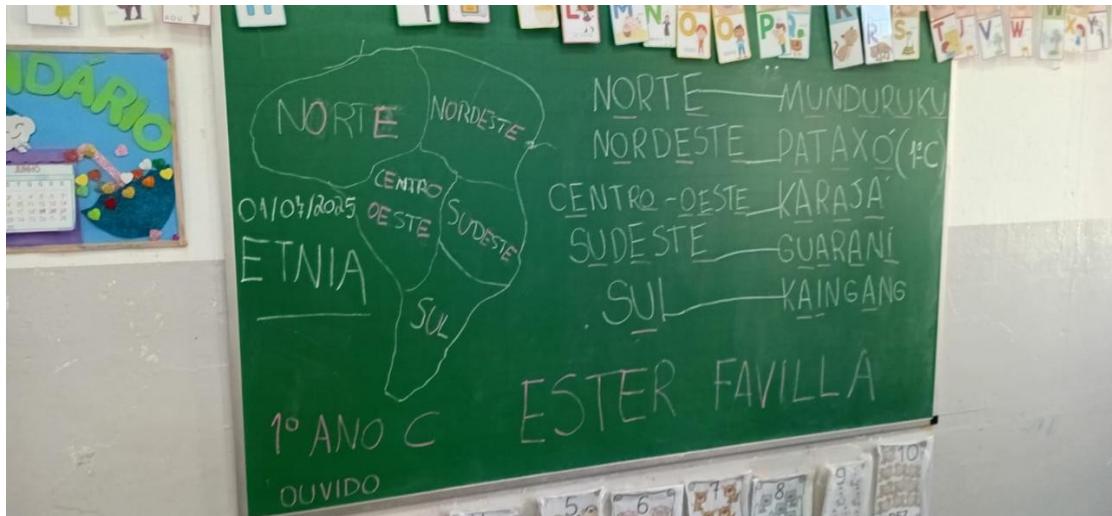


Imagen 1. Quadro com as regiões do Brasil e os povos indígenas. Foto: Autores (2025).

Após apresentar para as crianças os nomes desses povos, entregamos às crianças uma folha de atividades para completar as vogais que estão faltando nos nomes e em suas regiões, sendo organizada da seguinte maneira para preenchimento dos estudantes: a) M__ND__R__K__ - N__RT__; b) P__T__X__ - N__RD__ST__; c) K__R__J__ - C__NTR__ - __ST__; d) G__R__N__ - S__D__ST__; e) K__NG__NG - S__L.



Imagen 2. Malabarismo contando números em Nheengatu. Foto: Autores (2025).

Na segunda aula, englobamos quatro momentos distintos: no primeiro relembramos os números em Nheengatu de forma lúdica com uma breve apresentação de malabares. No



segundo momento, realizamos a contação de história de Apuka (Maltese, 2018), uma menina indígena Tembé, tal livro trouxe uma importante reflexão para os discentes, colocando-os do outro lado da moeda, fazendo com que pensassem sobre a vivência indígena e a vida na cidade.

No terceiro momento, apresentamos um material didático adquirido por um dos autores diretamente na aldeia do povo Kaingang de Nonoai/RS, intitulado “Kanhgág Ag Kajró Ty Gir Mré Ty Rãnhràj Ke”, elaborado por professores e estudantes dessa etnia, confeccionado em 2017 pelos/as professores/as Kaingang, composto por 20 cartões temáticos e dois CDs com cantos e narrativas orais, exclusivamente em língua Kaingang tanto nos textos verbais-escritos quanto sonoros-digitais (Zanatta et al, 2020).



Imagens 3 e 4. Cartões do material didático do povo Kaingang. Foto: Autores (2025).

Todos os cartões estão escritos na língua desta etnia e na contracapa há um único texto descrito na língua portuguesa:

“O presente trabalho foi produzido por professores Kaingang cursistas da Ação Saberes Indígenas na Escola/Núcleo UFRGS (SECADI/MEC), com a colaboração da equipe de professores, estudantes e servidores técnicos da UFRGS. Ele é resultado de mais um ano de reflexões coletivas e de produção de materiais pedagógicos para utilização nas nossas escolas. No final da primeira edição (2015-2016) do projeto foi publicado um livro em Kaingang voltado à alfabetização e um CD de cantos tradicionais. Deste segundo ano (2016-2017), resultaram dois CDs – um de cantos e um de narrativas – e um livro com imagens relacionadas a nosso modo de existência. Os três materiais tratam de temas importantes para desenvolvê-los em projetos nas escolas. Nossa objetivo é que eles incentivem em





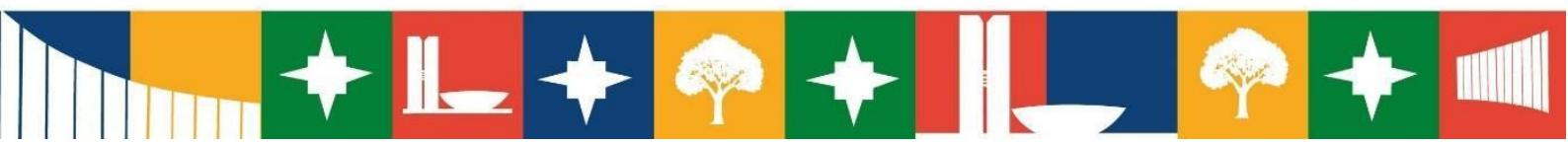
sala de aula o trabalho lúdico, a pesquisa das memórias Kaingang e a valorização da nossa língua, através dessas sonoridades e imagens. As gravações dos cantos e das narrativas foram realizadas entre fevereiro e junho de 2017, nos seguintes locais: comunidade Horto Florestal, Terra Indígena Cacique Doble, Terra Indígena Guarita e Porto Alegre (RS, Brasil). As fotografias foram feitas pelos professores, ao longo de 2016, em diversas áreas indígenas Kaingang do estado do Rio Grande do Sul. Tentamos organizar os CDs e o livro considerando as diferentes realidades das comunidades e escolas Kaingang no Rio Grande do Sul. Destacamos a diversidade de nossas práticas culturais e pensamos que os materiais poderão ser utilizados de variadas maneiras, conforme os interesses de cada escola e região. Esperamos que este trabalho seja útil para todo o povo Kaingang" (Kanhágá, 2017, contracapa).

No quarto e último momento da segunda aula foram elaborados desenhos e expressões artísticas, utilizando uma folha sulfite em branco para as crianças desenharem, produzindo um momento de conversa, criatividade e fixação dos aprendizados onde cada criança pôde fazer no seu ritmo e tempo.

Todas as pessoas envolvidas nestas atividades, desde os pibidianos às professoras regentes e as crianças foram levados à refletir que, segundo os primeiros resultados do Censo IBGE 2022, a população indígena atual é de 1.693.535 pessoas, o que corresponde a 0,83% do total do Brasil, já no Censo de 2010, os mais de 305 povos indígenas somavam 896.917 pessoas (ISA, 2023), abrangendo culturas diversas e plurais. Por este fato, essa abordagem no cotidiano do currículo escolar representa enorme importância, objetivando fortalecer o argumento de que nós precisamos falar sobre os povos indígenas desde os primeiros anos de alfabetização e letramento e, reafirmando, que o PIBID nos dá essa voz e oportunidade, e assim o fizemos, dando luz a um assunto de suma importância que por vezes é deixado de lado pelo currículo convencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização das atividades previstas pudemos nos reconectar com as culturas nativas brasileiras e conseguir levar isso para a sala de aula, é um avanço muito importante para cumprir as legislações educacionais que tratam da educação para as relações étnico-raciais e a relevância das culturas indígenas na formação cultural do povo brasileiro. Inserir desde os primeiros anos referências geográficas, étnicas e culturais já fomentam essa percepção e sensibilização desde cedo para as reflexões necessárias sobre a sociedade em que vivemos. Ademais, introduzir esses temas com recursos artísticos, cênicos e tecnológicos não só melhora o processo de aprendizagem das crianças quanto qualifica ainda mais a formação dos futuros docentes por meio de um programa tão essencial para educação pública que é o PIBID, a partir das vivências e conhecimentos dos próprios licenciandos.





É necessário essa reflexão sobre a sociedade brasileira atual e ainda mais a valorização da cultura indígena que é nosso berço, e que a legislação assegura, com esta seguridade desenvolvemos essas práticas de grande importância para as crianças e principalmente para a formação cultural da sociedade nos referenciando nos saberes e conhecimentos da pluralidade de povos e etnias presentes no país.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à participação da(o)s pibidiana(o)s bolsistas Amanda, Giovanna, Rafaela, Isadora, Emily, Márcio e Cíntia na ação, às professoras Maysa e Joelma pelo trabalho conjunto, à direção da escola parceira pelo acolhimento, à CAPES pelo fomento, ao IFSULDEMINAS campus Inconfidentes pelo apoio e por último, mas não menos importante, aos povos originários de todo o Brasil com suas lutas pela preservação dos biomas, florestas e da cultura nativa neste território que sempre pertenceu à eles.

REFERÊNCIAS

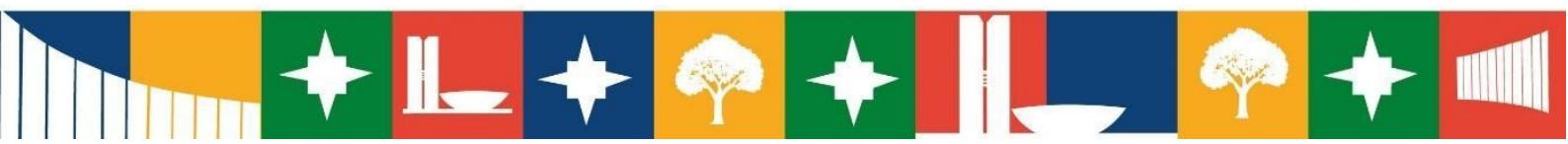
AGUIAR, André E.. Letramento crítico e teoria socio-histórico e cultural: aproximações e reflexões sobre desenvolvimento e constituição do sujeito. **Forum lingüístic.**, Florianópolis, v.19, n.3, p.8 2 68 - 8281 (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2022.e80564>. Acesso em 02 out. 2025.

ALANA, Instituto. Transcrição da fala de Célia Xakriabá que aconteceu no evento Alana Ideia Fest, durante o lançamento do documentário “O Brasil antes de 1500”, coproduzido pelo Canal Nostalgia @felipecastanhari e a @mariafarinhafilmes, em parceria com o Instituto Alana, 2025. Publicado em: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/reel/1374380063892959>. Acesso em 23 set. 2025.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janerio de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". DOU 11/03/2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 08 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Mundu Sa Turusu Waá : Ubêuwa Mayé Míra Itá Uikú Arâma Purâga Iké Braziu Upé** / Coordenação: Marco Lucchesi, José Ribamar Bessa Freira, Luis Geraldo Sant'Ana Lanfredi, Andréa Jane Silva de Medeiros e Luanna Marley; Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2023.





ISA, Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil - Quantos são?** - 2023. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F. Acesso em 20 jun. 2025.

KANHGÁG, 2017. **Material didático Kanhgág Ag Kajró Ty Gir Mré Ty Rãnhràj Ke 2ª edição.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/saberesindigenas/?cat=17>. Acesso em 05 jul 2025.

MALTESE, Maria Julia. **Apuka.** 2º ed. - São Paulo:Editorial, 2018.

MUNDURUKU, D.. **Coisas de índio.** Versão infantil - São Paulo:Callis, 2020.

NAVARRO, Eduardo de Almeida; ÁVILA, Marcel Twardowsky; TREVISAN, Rodrigo Godinho. O Nheengatu, entre a vida e a morte: a tradução literária como possível instrumento de sua revitalização lexical. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 6, n. 2, p. 9–29, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1619>. Acesso em 18 jun. 2025.

ONU. **Resolution A/RES/74/135.** Rights of indigenous peoples: resolution / adopted by the general assembly. Publicado em 23/01/2020. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n19/426/26/pdf/n1942626.pdf>. Acesso em 01 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.. **A universidade no século XXI: Para uma universidade nova.** Edições Afrontamento, 2020.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Editora Contexto, 2020.

TOBLER, Suellen. **Aplicativos para o ensino-aprendizagem de línguas indígenas de povos do Brasil: um estudo de caso sobre o Nheengatu app.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2023.

ZANATTA, Claudia V. et al organizadores. **Saberes indígenas na escola/UFRGS memórias e resistências.** E-book - 1.ed. - Porto Alegre:CircKula, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/saberesindigenas/?page_id=910. Acesso em 13 mai. 2025.